

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Aos Acionistas e Diretores da  
Itaguaçu Investimentos S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Itaguaçu Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaguaçu Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Itaguaçu Investimentos S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

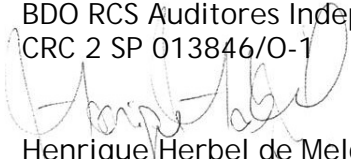


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Henrique Herbel de Melo Campos  
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ: 55.467.940/0001-87  
Balancos patrimoniais individuais e consolidados  
Dos exercicios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8	2	17.305	3.903	Fornecedores	11	151	-	41.284	24.000
Aplicações financeiras	4	63.008	24.357	189.385	125.689	Financiamentos	13	-	-	95.558	36.442
Contas a receber	5	-	-	123.365	69.424	Debêntures	13	-	-	46.091	45.791
Estoques	6	-	-	54.858	52.301	Obrigações tributárias		206	-	33.763	13.292
Impostos a recuperar	7	3.774	-	43.673	26.078	Obrigações Trabalhistas		728	-	9.370	1.938
Dividendo a receber	17	29.173	38.470	-	-	Dividendo e Parte Beneficiária	17	252.193	6.066	253.946	7.744
Despesas antecipadas		326	-	6.844	6.561	Partes relacionadas	17	3.201	8.450	3.201	8.450
Outras Contas a Receber		10	-	10.100	-	Arrendamentos a pagar	12	-	-	5.918	5.669
		<u>96.300</u>	<u>62.829</u>	<u>445.529</u>	<u>283.956</u>	Contas a pagar	14 e 17	<u>100.058</u>	<u>69.988</u>	<u>141.004</u>	<u>6.570</u>
								<u>356.536</u>	<u>84.504</u>	<u>630.134</u>	<u>149.896</u>
Não Circulante						Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	525.642	-	Fornecedores	11	-	-	131	131
Imóveis a comercializar		-	-	12.583	-	Financiamentos	13	-	-	202.308	229.696
Depósitos Judiciais	15.2	159	-	33.057	749	Debêntures	13	-	-	230.456	275.514
Partes relacionadas	17	15.452	-	69.988	-	Obrigações tributárias		-	-	6.101	5.068
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	91.280	31.146	-	-	Provisão para demandas judiciais	15	-	-	49.468	1.654
Ativo fiscal diferido		-	-	10.699	11.383	Passivo diferido	16	68.408	-	83.613	-
Outras contas a receber		-	-	19.765	19.832	Provisão para desmobilização	12	-	-	10.340	9.641
Ativo financeiro	9	280.944	-	280.944	-	Arrendamentos a pagar	12	-	-	73.460	76.727
Investimentos	8	1.717.809	1.100.525	-	-	Contas a pagar	14	-	-	111.145	3.784
Imobilizado	10	114	-	1.924.356	1.763.333			-	-	767.022	602.215
Intangível		259	-	20.061	21.807	Patrimônio líquido	18				
		<u>2.106.017</u>	<u>1.131.671</u>	<u>2.897.095</u>	<u>1.817.103</u>	Capital social		<u>1.009.626</u>	<u>1.009.626</u>	<u>1.009.626</u>	<u>1.009.626</u>
						Reservas de lucros		<u>767.746</u>	<u>100.370</u>	<u>767.746</u>	<u>100.370</u>
								<u>1.777.373</u>	<u>1.109.996</u>	<u>1.777.373</u>	<u>1.109.996</u>
						Participação não controladores		-	-	168.096	238.953
								<u>1.777.373</u>	<u>1.109.996</u>	<u>1.945.469</u>	<u>1.348.949</u>
Total do Ativo		<u>2.202.317</u>	<u>1.194.500</u>	<u>3.342.625</u>	<u>2.101.060</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.202.317</u>	<u>1.194.500</u>	<u>3.342.625</u>	<u>2.101.060</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ: 55.467.940/0001-87  
Demonstrações do resultado individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	19	-	-	1.368.183	680.900
(-) Custo dos produtos vendidos	20	(106)	-	(711.642)	(309.796)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		(106)	-	656.541	371.104
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	20	(5.922)	(4)	(168.276)	(70.458)
Resultado de equivalência patrimonial	8	156.209	106.406	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	20	2.553	-	(78.374)	34.066
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		152.734	106.402	409.891	334.713
Receitas financeiras	21	16.285	35	88.205	23.259
Despesas financeiras	21	(306)	(1)	(81.489)	(71.961)
(=) Resultado financeiro líquido		15.979	34	6.717	(48.702)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		168.713	106.436	416.607	286.010
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	22	-	-	(90.138)	(75.003)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	22	-	-	(80.087)	(12.941)
(=) Lucro líquido do exercício		168.713	106.436	246.382	198.066
Partes Beneficiárias		(16.871)	-	(16.871)	-
		151.842	106.436	229.511	198.066
Lucro líquido por ação		151,84	106,44	229,51	198,07
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	151.842	106.436
Acionistas não controladores		-	-	77.669	91.629
		151.842	106.436	229.511	198.066

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ: 55.467.940/0001-87  
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício	151.842	106.436	229.511	198.066
Outros resultados abrangentes			-	
Total do resultado abrangente do exercício	<u>151.842</u>	<u>106.436</u>	<u>229.511</u>	<u>198.066</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	151.842	106.436
Acionistas não controladores	-	-	77.669	91.629
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>229.511</u>	<u>198.066</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ: 55.467.940/0001-87  
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas  
Do exercício findo em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas			Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
			Legal	Especial	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	18.a	1.009.626	-	-	-	-	1.009.626	225.566	1.235.192
Lucro líquido do exercício	18.d	-	-	-	-	106.436	106.436	91.629	198.066
Reserva legal	18.b	-	5.322	-	-	(5.322)	-	-	-
Dividendos propostos	18.d	-	-	-	-	(6.066)	(6.066)	(7.344)	(13.410)
Dividendos adicional	18.d	-	-	-	-	-	-	(57.923)	(57.923)
Reserva de retenção de lucros	18.d	-	-	-	95.048	(95.048)	-	-	-
Juros sobre capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(12.975)	(12.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1.009.626</u>	<u>5.322</u>	<u>-</u>	<u>95.048</u>	<u>-</u>	<u>1.109.996</u>	<u>238.953</u>	<u>1.348.949</u>
Incorporação Soares Penido	18.c	-	-	754.833	-	-	754.833	-	754.833
Lucro líquido do exercício	18.d	-	-	-	-	151.842	151.842	77.669	229.511
Reserva legal	18.b	-	7.592	-	-	(7.592)	-	-	-
Dividendos propostos	18.d	-	-	-	-	(721)	(721)	(6.526)	(7.247)
Dividendos adicional	18.d	-	-	-	(238.577)	-	(238.577)	(127.297)	(365.874)
Reserva de retenção de lucros	18.d	-	-	-	143.528	(143.528)	-	-	-
Juros sobre capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(14.074)	(14.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1.009.626</u>	<u>12.914</u>	<u>754.833</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.777.373</u>	<u>168.096</u>	<u>1.945.469</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individual e consolidada

ITAGUAÇU INVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ: 55.467.940/0001-87  
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024  
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício		151.842	106.436	229.511	198.066
Itens que não afetam o caixa operacional					
Partes Beneficiárias		16.871	-	16.871	-
Participação de não controladores, líquido		-	-	(70.857)	(91.269)
(-/+ ) Reversão / Constituição perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		-	-	46.842	-
(+) Depreciação e amortização	10	30	-	102.638	68.407
(+) Juros e variações monetárias		-	-	76.360	67.682
(-) Lucro não realizado		-	-	(1.407)	(1.407)
(-) Equivalência patrimonial	8	(156.209)	(106.406)	-	-
(-/+ ) (Reversão)/provisão para demandas judiciais		-	-	19.214	(21.967)
(+) Custo residual de ativo imobilizado baixado		-	-	4.452	225
(+) Perda / Ganho na alienação de investimento		-	-	(35)	-
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(27)	478
Resultado de ativos e passivo oneroso		-	-	35	(14.854)
		12.534	30	423.597	205.001
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(38.651)	(24.357)	(37.657)	120.961
Contas a receber		-	-	4.923	10.121
Estoques		-	-	(8.227)	(20.54)
Precatórios a receber		-	-	(281.474)	-
Impostos a recuperar		(3.774)	-	(4.921)	(3.533)
Participações em consórcios		-	-	(1.652)	-
Despesas antecipadas		(326)	-	(2.457)	(1.319)
Outras contas a receber		(10)	-	87.137	(105.847)
Depósitos judiciais		(159)	-	16.478	(53)
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		151	-	(13.254)	7.092
Obrigações tributárias		68.614	-	(9.365)	3.954
Obrigações Trabalhistas		728	-	(8.826)	118
Outras contas a pagar		30.070	69.988	108.489	13.101
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		56.642	45.631	(150.804)	24.050
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Partes Relacionadas		(130.690)	(31.146)	-	-
Dividendos recebidos	8	179.970	95.063	-	-
Aquisição de imobilizado		-	-	(111.130)	(2.902)
Juros sobre capital		-	-	(14.825)	(12.975)
Investimentos		(103.133)	(1.127.625)	-	-
Ações em tesouraria		-	1.009.626	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		(53.854)	(54.109)	(125.955)	(15.877)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		-	-	(6.878)	(6.498)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	-	204.435	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		-	-	(133.165)	(103.280)
Dividendos pagos		(10.067)	-	(197.828)	(100.475)
Partes relacionados		(5.250)	8.450	-	-
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(15.316)	8.450	(133.436)	(210.523)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		6	2	13.402	2.651
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		2	-	3.903	1.252
No fim do exercício		8	2	17.305	3.903
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		6	2	13.402	2.651

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaguaçu Investimentos S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 23 de maio de 2024.

A Companhia atua como holding do grupo econômico, concentrando a participação societária e a gestão estratégica de suas controladas e coligadas. O Grupo é composto pelas seguintes sociedades:

- Serramar Industrial Imobiliária Ltda., cujo objeto social compreende a administração de imóveis próprios, bem como a construção e incorporação de empreendimentos imobiliários, incluindo participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) voltadas ao desenvolvimento imobiliário;
- Agropecuária Serramar Ltda., com atuação no segmento agropecuário, destacando-se na criação e comercialização de bovinos;
- Serveng Energias Renováveis S.A., dedicada à geração e comercialização de energia elétrica, bem como à prestação de serviços técnicos, operacionais, administrativos e financeiros no setor energético, especialmente às sociedades controladas e coligadas;
- Mineração Barueri Ltda., Mineração Aparecida Ltda., Mineração Jambreiro Ltda. e Mineração São Luís Ltda., cujo objeto social é a extração e o beneficiamento de recursos minerais, notadamente pedras;
- Serveng Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia. e Eolicabras Ltda., atuantes no segmento de construção pesada e infraestrutura;
- Serveng Transporte Ltda., com operações voltadas ao transporte de passageiros, incluindo serviços de fretamento e linhas intermunicipais.

Dessa forma, o Grupo apresenta atuação diversificada nos setores imobiliário, agropecuário, energia, mineração, construção pesada e transporte.

Tendo exclusivamente na sua finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa e controla, além de consolidar e maximizar as operações.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de março de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 11 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 12 - Provisões para desmobilização;
- Nota 16 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 24 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

### 3.3. Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

### 3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

### 3.5. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

### 3.6. Imóveis a comercializar

Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição.

### 3.7. Instrumentos financeiros

#### 3.7.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.7.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

#### 3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

### 3.8. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### 3.9. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

### 3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment").

### 3.11. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

### 3.12. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

### 3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

### 3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

### 3.15. Impostos Indiretos Diferidos a pagar sobre precatórios

Companhia detém créditos oriundos de precatórios, próprios, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado contra entes públicos. Tais ativos são classificados como outros ativos, conforme sua natureza econômica e forma de realização. A realização desses créditos pode ocorrer por:

- recebimento financeiro junto ao ente público;
- cessão a terceiros; ou
- operações estruturadas.

Dependendo da forma de realização, podem surgir obrigações relacionadas a tributos indiretos, cuja incidência ocorre no momento da efetiva realização do ativo.

O tratamento contábil adotado pela Companhia está fundamentado nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), em convergência com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IFRS).

### 3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

### 3.17. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### 3.18. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### 3.19. Apuração do Resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil e comercialização da operação da Companhia e de suas controladas é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

#### 3.19.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

### 3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025:

#### 3.20.1. CPC 18 (R3) – “Investimentos em Coligadas e Controladas e Equivalência Patrimonial”;

Alteração ao CPC 18 (R3) que atualiza os critérios de mensuração e aplicação do método de equivalência patrimonial em consonância com os ajustes promovidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) ao IAS 28. A aplicação inicial desta revisão ocorreu no exercício de 2025, não gerando impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 3.20.2. ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Individuais/Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”;

A nova versão da interpretação técnica ICPC 09 trata de questões práticas relativas à elaboração de demonstrações financeiras individuais/separadas e consolidadas, bem como a aplicação do método de equivalência patrimonial, harmonizando orientações brasileiras com as práticas internacionais. Sua adoção foi obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, sem efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia.

#### 3.20.3. Revisões do CPC 02 (R2) – “Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio”;

Foram incorporadas revisões ao CPC 02 (R2) com base em alterações internacionais relativas ao tratamento contábil quando a moeda de uma operação não é conversível, exigindo divulgações adicionais e critérios de mensuração mais detalhados sobre a não-exchangeability de moeda. A adoção inicial destas revisões ocorreu em 1º de janeiro de 2025, não tendo gerado impactos reconhecidos materialmente nas demonstrações da Companhia no exercício.

### 3.21. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente a Companhia avaliou os efeitos de adoção destes pronunciamentos, revisões e interpretações exigidos a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que eles não geraram impactos materiais nas políticas contábeis, valores reconhecidos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, além das revisões de apresentação ou informação exigidas. Os itens foram incorporados conforme os requisitos de transição estabelecidos pelos respectivos pronunciamentos e normas regulatórias.

### 3.21.1. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Itaguaçu Investimentos S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2025	2024
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Corumbá Concessões S.A.	Integral / Indireto	47,83	47,83
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral / Direto	100,00	99,58
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral / Indireto	100,00	100,00
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Campinas Emp. Imobiliário Ltda	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Pindamonhangaba Emp. Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Residencial Acqua Emp. Imobiliária Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Padroeira Emp. Imobiliária Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Mogi Vista I Emp. Imobiliário SPE Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Cairo Emp. Imobiliária Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Mogi Vista II Emp. Imobiliário SPE Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Vila Guilherme Emp. Imobiliário SPE Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Residencial Galatea Emp. Imobiliário SPE Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serramar Hotelaria e Serviços Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serramar Parque Shopping Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serramar Porto dos Ingleses Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Agropecuária Serramar Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Serramar Industrial Imobiliária Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia Eolicabras Ltda.	Integral / Direto	100,00	-
Mineração Barueri Ltda.	Integral / Direto	100,00	-
Mineração Aparecida Ltda.	Integral / Direto	100,00	-
Mineração Jambuí Ltda.	Integral / Direto	100,00	-
Mineração São Luis Ltda.	Integral / Direto	100,00	-
Serveng Transporte Ltda.	Integral / Direto	100,00	-

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação tem a mesma data-base da controladora.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	8	2	17.305	3.903
Aplicações financeiras (a)	63.008	24.358	189.385	125.690
	<u>63.016</u>	<u>24.360</u>	<u>206.690</u>	<u>129.593</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,15% a.a. em 2024).

#### 5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber (a)	-	-	695.849	69.424
Precatórios a receber (b)	-	-	361.227	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (a)	-	-	(46.842)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>649.007</u>	<u>69.424</u>
Circulante			123.365	69.424
Não circulante			525.642	-

- (a) Os valores referem-se a contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias, prestação de serviços e locação de imóveis. Esses ativos são mensurados pelo valor faturado, deduzidos da Provisão para Perdas Esperadas de Crédito (PECLD), constituída com base em estimativas de risco de inadimplência e histórico de perdas, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.
- (b) Precatórios a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Prefeitura de Cotia	2.516	-
DERSA (i)	355.587	-
Estado do Rio Grande do Sul	3.124	-
	<u>361.227</u>	<u>-</u>

- i. Em 28 de julho de 2025, a Companhia obteve decisão favorável no processo judicial nº 1064179-34.2018.8.26.0053, que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cujo objeto refere-se a reequilíbrio financeiro.

A referida decisão transitou em julgado em 2025, não cabendo mais recursos pelas partes, consolidando o direito creditório da Companhia perante o ente público Desenvolvimento Rodoviário S.A. - Dersa.

Em decorrência do trânsito em julgado, foi expedido precatório no valor histórico de R\$355.587 mil, atualizado até a data-base de 30/09/2022, nos termos da legislação aplicável, especialmente o artigo 100 da Constituição Federal do Brasil.

#### Reconhecimento Contábil

O crédito decorrente do precatório foi reconhecido no ativo da Companhia na rubrica de:

- Ativo Não Circulante – Créditos a Receber – Precatórios

O reconhecimento observou os critérios estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), considerando que:

- O direito é certo, líquido e exigível;
- Não há mais incerteza jurídica quanto à sua realização;
- A mensuração é confiável.

O valor encontra-se atualizado monetariamente conforme índices definidos na decisão judicial até a data das demonstrações financeiras.

#### Prazo e Expectativa de Recebimento

O pagamento do precatório observará a ordem cronológica e a disponibilidade orçamentária do ente público devedor, conforme regras constitucionais vigentes.

Dessa forma, embora o direito esteja definitivamente constituído, o prazo para recebimento financeiro depende do cronograma oficial de pagamento de precatórios.

#### Riscos Associados

A Administração avalia que o risco de perda é inexistente, considerando o trânsito em julgado. Todavia, existe risco relacionado ao prazo de liquidação financeira, sujeito a eventuais postergações decorrentes do regime de pagamento aplicável ao ente devedor.

#### Impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidada

O reconhecimento do crédito impactou positivamente o resultado do exercício no montante de R\$355.587 mil.

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoque (a)	-	-	54.858	52.301
	-	-	54.858	69.424

- (a) Os estoques são compostos por materiais destinados à aplicação em obras, pedras extraídas, peças para manutenção e bovinos destinados à comercialização. Estão mensurados pelo custo médio de aquisição, o qual não excede os respectivos valores realizáveis líquidos.

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS retido na fonte	-	-	3.608	2.673
COFINS retido na fonte	-	-	16.537	12.119
IR retido na fonte	3.701	-	12.610	10.488
IRPJ Estimativa	-	-	2.371	292
CSLL Estimativa	-	-	967	111
IRPJ e CSLL a recuperar	73	-	369	254
ICMS	-	-	4.518	-
Outros impostos a recuperar	-	-	2.693	141
	<u>3.774</u>	<u>-</u>	<u>43.673</u>	<u>26.078</u>

Os impostos a recuperar são compostos por créditos tributários oriundos das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas, registrados pelo valor nominal, líquidos de eventuais provisões para perdas quando aplicável, e realizáveis por meio de compensação com tributos vincendos ou restituição junto às autoridades fiscais competentes.

A composição dos impostos a recuperar inclui:

- PIS e COFINS a recuperar: créditos decorrentes, principalmente, da sistemática não cumulativa, apurados sobre aquisições de insumos, bens e serviços utilizados nas operações, passíveis de compensação com débitos dessas mesmas contribuições;
- IRRF a recuperar: valores retidos na fonte sobre receitas financeiras e de prestação de serviços, passíveis de compensação com o IRPJ devido ou restituição;
- IRPJ e CSLL – estimativas: valores recolhidos antecipadamente ao longo do exercício, com base no regime de apuração por estimativa mensal, passíveis de compensação com o imposto devido ao final do período de apuração;
- IRPJ e CSLL a recuperar: saldos negativos apurados em exercícios anteriores ou no próprio exercício, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, observada a legislação vigente;
- ICMS sobre o ativo imobilizado: créditos apropriados sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, registrados e realizados de forma parcelada, conforme legislação aplicável (CIAP – Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente).

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos, considerando a geração de lucros tributáveis futuros e a capacidade de utilização por compensação, constituindo provisão para perdas quando há evidências de não realização.

## 8. INVESTIMENTOS

Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	1.100.525	-
(+/-) Investimentos /incorporação	(178.031)	1.127.625
(+) Aporte por Parte Beneficiária (nota 19.c)	754.833	-
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	156.209	106.406
(+) Aporte / Adiantamento para futuro aumento de capital	54.946	-
(-) Dividendos recebidos	(141.500)	(133.506)
(-) Dividendos recebidos ou propostos	(29.173)	-
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>1.717.809</u>	<u>1.100.525</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercicios (a)	38.470	-
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	141.500	95.036
Total de Investimento	<u>179.970</u>	<u>95.036</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$179.970 mil, desse valor R\$141.500 referem se a dividendos adicionais de 2025, R\$38.470 mil referem se a dividendos propostos de 2024 recebidos durante o exercício de 2025.

Os investimentos da Companhia são representados, substancialmente, por participações societárias em controladas e coligadas, bem como por outros instrumentos patrimoniais, sendo reconhecidos e mensurados conforme a natureza e o grau de influência exercido.

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido ao custo e, subsequentemente, ajustado pela participação da Companhia nos resultados e em outros resultados abrangentes das investidas. Os efeitos da equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado do exercício.

Os investimentos também contemplam participações por meio de partes beneficiárias, as quais conferem direito à participação nos lucros das sociedades emissoras, sem, contudo, representar participação no capital social. Tais instrumentos são registrados de acordo com sua substância econômica e direitos atribuídos.

Durante o exercício, determinadas investidas foram objeto de reorganizações societárias, incluindo incorporações, nas quais ativos e passivos foram vertidos para outras sociedades do Grupo, sem impacto relevante no resultado consolidado, em linha com as práticas contábeis aplicáveis.

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando declarados, conforme previsto no estatuto social das investidas e na legislação societária vigente. Adicionalmente, dividendos complementares ou adicionais propostos pela administração são reconhecidos como passivo após aprovação pelos órgãos competentes.

A Companhia também realiza aportes por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) em suas controladas, registrados no ativo não circulante, os quais serão futuramente convertidos em capital social, conforme deliberação societária, não sendo remunerados até sua efetiva capitalização, salvo disposição contratual em contrário.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos investimentos, com base em projeções de resultados e fluxo de caixa das investidas, reconhecendo perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável.

Empresa	Patrimônio Líquido	Aporte / Incorporada / AFAC	Participação no Capital	Participação		Equivalência	
				2025	2024	2025	2024
Serramar Industrial Imobiliária	425.466	(80.580)	100,00%	344.886	280.419	9.521	6.045
Serveng Energias Renováveis	775.713	-	100,00%	775.713	820.106	126.280	100.361
Soares Penido Participações	702.404	(702.404)	100,00%	-	-	(52.429)	-
Serveng Civilsan S.A.	439.302	-	100,00%	439.302	-	61.277	-
Mineração Jambeiro Ltda	42.228	-	0,02%	42.228	-	922	-
Mineração Aparecida Ltda	28.138	-	0,02%	28.138	-	1.124	-
Mineração Barueri Ltda	55.023	-	0,03%	55.023	-	7.834	-
Mineração São Luis Ltda	12.861	-	0,01%	12.861	-	1.097	-
Eolicabras Ltda.	(32.362)	-	0,01%	(32.362)	-	(231)	-
Serveng Transportes Ltda	51.851	-	0,02%	51.851	-	814	-
Mondo Holding S.A.	74.940	-	0,23%	169	-	-	-
				1.717.809	1.100.525	156.209	106.406

## 9. ATIVOS FINANCEIROS – INVESTIMENTOS EM AÇÕES NEGOCIADAS EM BOLSA DE VALORES

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controlado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos mensurados ao valor justo (i)	280.944	-	280.944	-
	280.944	-	280.944	-

- i. Os investimentos em ações negociadas em bolsa de valores correspondem a instrumentos financeiros patrimoniais adquiridos pela Companhia em mercados ativos, sendo classificados e mensurados em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

No reconhecimento inicial, tais ativos são registrados pelo valor justo, correspondente, em geral, ao preço de cotação na data da transação, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Subsequentemente, são mensurados ao valor justo, com base nas cotações de mercado disponíveis em bolsa de valores na data de encerramento das demonstrações financeiras (nível 1 da hierarquia de valor justo).

A classificação desses instrumentos financeiros é definida com base no modelo de negócios da Companhia e pode ser:

Valor justo por meio do resultado (VJR): as variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando designados de forma irrevogável nessa categoria, as variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo mantidas no patrimônio líquido, sem reclassificação para o resultado na alienação.

Os rendimentos auferidos, tais como dividendos e juros sobre capital próprio, são reconhecidos no resultado do exercício quando do direito ao seu recebimento.

Considerando a natureza desses ativos, não há constituição de provisão para perdas esperadas de crédito, uma vez que se tratam de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo.

A Companhia classifica esses investimentos no ativo circulante ou não circulante, conforme a intenção e a estratégia de realização estabelecida pela Administração. O principal ativo financeiro da empresa composto por ações negociadas em Bolsa de Valores, está classificado na categoria Contas a Receber à longo prazo. Estão mensurados ao custo amortizado, os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

## 10. IMOBILIZADO

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Terrenos	40.766	40.955
Edificações	84.392	55.482
Pastagens	2.021	2.393
Rebanho	5.891	5.184
Veículos	46.085	4.267
Reservatórios, barragens e adutoras	362.434	373.846
Aerogeradores	968.314	1.015.150
Instalações e benfeitorias	42.254	41.485
Equipamentos de informática	2.707	1.248
Máquinas e equipamentos	178.707	117.090
Móveis e utensílios	7.999	544
Direito de uso	43.741	43.768
( - ) Lucro não realizado	(25.671)	(27.079)
Imobilizado em andamento	164.716	89.000
	<u>1.924.356</u>	<u>1.763.333</u>

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis e direitos de uso destinados à manutenção das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas, incluindo: terrenos, edificações, pastagens, rebanho (semoventes), veículos, reservatórios, barragens, adutoras, aerogeradores, instalações e benfeitorias, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, ativos de direito de uso e imobilizado em andamento, relativos a projetos em fase de construção.

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, formação ou construção, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis para colocá-los em condições de uso, tais como fretes, seguros, tributos não recuperáveis e custos de financiamento, quando aplicável.

Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando identificadas.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos bens, revisadas periodicamente pela Administração. Os terrenos e, quando aplicável, ativos com vida útil indefinida não são depreciados. Para os ativos biológicos classificados como imobilizado, como rebanho destinado à manutenção das atividades (matrizes), a mensuração segue o custo, ajustado conforme aplicável.

Os ativos classificados como direito de uso são reconhecidos conforme os contratos de arrendamento, sendo inicialmente mensurados pelo valor presente das obrigações assumidas, com depreciação ao longo do prazo contratual ou da vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

O imobilizado em andamento refere-se aos gastos incorridos em projetos ainda não concluídos, incluindo obras civis, montagem de estruturas e aquisição de equipamentos em fase de instalação, sendo transferidos para as respectivas contas do imobilizado quando da conclusão e início de operação.

A Companhia avalia periodicamente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos imobilizados, reconhecendo, quando aplicável, provisão para ajuste ao valor recuperável, conforme as práticas contábeis vigentes.

Os custos de manutenção e reparo são reconhecidos no resultado quando incorridos, enquanto os gastos com melhorias que aumentam a capacidade ou vida útil dos ativos são capitalizados.

Descrição	Taxa	2025	Adições/ Baixas / Transferências	Incorporação	2024	Adições/ Baixas / Transferências	2023
<b>Custo</b>							
Terrenos		40.766	(189)	-	40.955	(53.807)	94.762
Edificações		138.373	26.936	11.439	99.998	(16.407)	116.405
Pastagens		6.664	593	-	6.070	779	5.291
Rebanho		6.813	986	-	6.113	(32)	6.145
Veículos		129.867	(16.180)	134.708	11.052	4.217	6.835
Reservatórios, barragens e adutoras		570.530	(523)	-	571.053	230	570.823
Aerogeradores		1.414.768	299	-	1.414.469	-	1.414.469
Instalações e benfeitorias		72.001	(7.130)	13.003	66.128	10.634	55.494
Equipamentos de informática		12.486	2.472	7.744	2.575	525	2.050
Máquinas e equipamentos		454.103	(2.236)	219.564	236.775	6.736	230.039
Móveis e utensílios		12.493	6.990	3.817	1.687	33	1.654
Direito de uso		66.396	3.154	677	62.260	(212)	62.472
( - ) Lucro não realizado		(25.671)	1.408	-	(27.079)	1.407	(28.486)
Imobilizado em andamento		164.716	65.924	9.793	89.000	50.421	38.579
<b>Total do Custo</b>	-	<b>3.064.304</b>	<b>82.505</b>	<b>400.745</b>	<b>2.581.056</b>	<b>4.524</b>	<b>2.576.532</b>
<b>Depreciação</b>							
Edificações	4 a 25	(53.981)	(187)	(9.278)	(44.516)	7.024	(51.540)
Pastagens	4 a 25	(4.642)	(1.174)	-	(3.677)	(941)	(2.736)
Rebanho	4 a 25	(922)	7	-	(929)	(4)	(925)
Veículos	3,3 a 20	(83.782)	4.754	(81.751)	(6.785)	(872)	(5.913)
Reservatórios, barragens e adutoras	4 a 25	(208.096)	(10.889)	-	(197.207)	(11.564)	(185.643)
Aerogeradores	4 a 25	(446.454)	(47.135)	-	(399.319)	(47.148)	(352.171)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(29.747)	(2.038)	(3.066)	(24.643)	(1.686)	(22.957)
Equipamentos de informática	4 a 25	(9.779)	(1.449)	(7.006)	(1.327)	(246)	(1.081)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(275.397)	(12.974)	(142.738)	(119.685)	(7.637)	(112.048)
Móveis e utensílios	4 a 25	(4.494)	(20)	(3.332)	(1.143)	(50)	(1.093)
Direito de uso		(22.655)	(3.662)	(290)	(18.492)	(3.696)	(14.796)
		(1.139.949)	(74.767)	(247.460)	(817.723)	(66.820)	(750.903)
		<b>1.924.356</b>	<b>7.738</b>	<b>153.285</b>	<b>1.763.333</b>	<b>(62.296)</b>	<b>1.825.629</b>

## 11. FORNECEDORES

Os fornecedores a pagar correspondem às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas junto a terceiros pela aquisição de bens, materiais e serviços utilizados em suas operações, incluindo insumos aplicados em obras, manutenção, atividades operacionais e despesas administrativas.

Esses passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo da contraprestação a pagar, o qual, em geral, corresponde ao valor da fatura ou nota fiscal emitida pelo fornecedor. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os saldos são classificados no passivo circulante, exceto quando os prazos de liquidação ultrapassam o período de 12 meses após a data das demonstrações financeiras, sendo, nesses casos, apresentados no passivo não circulante.

Quando aplicável, os fornecedores a pagar podem estar sujeitos a encargos financeiros, multas ou atualização monetária por atraso, os quais são reconhecidos no resultado do exercício como despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	151	-	41.284	24.000
Terrenos	-	-	131	131
	<u>151</u>	<u>-</u>	<u>41.415</u>	<u>24.131</u>

A Companhia avalia periodicamente a adequação dos saldos registrados, considerando a conciliação com extratos de fornecedores e a existência de eventuais contingências ou ajustes necessários.

## 12. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

### Arrendamentos de terras

As Controladas, mantém contratos de arrendamento de terras utilizados em suas atividades operacionais, os quais são contabilizados de acordo com as práticas contábeis vigentes aplicáveis a arrendamentos.

No início dos contratos, é reconhecido um ativo de direito de uso, representando o direito de utilização das áreas arrendadas, e um passivo de arrendamento, correspondente à obrigação de efetuar os pagamentos futuros assumidos. O passivo é mensurado pelo valor presente das contraprestações contratuais, descontadas a uma taxa incremental de financiamento da Companhia, enquanto o ativo de direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo, acrescido de custos diretos iniciais e, quando aplicável, de estimativas de desmobilização.

Subsequentemente, o ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil econômica do ativo, dos dois o menor. O passivo de arrendamento é atualizado pela incidência de encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Os pagamentos variáveis, quando existentes e não dependentes de índices ou taxas, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, no início do reconhecimento, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

### Provisão para desmobilização

As Controladas, reconhecem provisão para desmobilização quando possui obrigação presente, legal ou construtiva, de restaurar áreas arrendadas ou desativar ativos ao final dos contratos ou da vida útil operacional, especialmente em atividades que envolvem uso intensivo de terras e infraestrutura.

Essa provisão é inicialmente mensurada pelo valor presente dos custos estimados para desmobilização e recuperação das áreas, com base em estudos técnicos e premissas atualizadas pela Administração. O valor é registrado como contrapartida do ativo imobilizado ou do ativo de direito de uso correspondente.

Ao longo do tempo, a provisão é atualizada pela passagem do tempo (apropriação de encargos financeiros) e revisada sempre que houver alteração nas estimativas de prazo, valor ou escopo das obrigações. As revisões são ajustadas contra o ativo relacionado ou reconhecidas no resultado, conforme aplicável.

A Administração revisa periodicamente as premissas utilizadas, assegurando que os valores registrados reflitam a melhor estimativa dos desembolsos futuros necessários para a liquidação dessas obrigações.

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	65.280	62.260
Amortização do exercício	(22.076)	(18.492)
Saldo contábil líquido	<u>43.204</u>	<u>43.768</u>
	Consolidado	
	2025	2024
Passivo		
Arrendamento a pagar	9.392	9.367
(-) Juros a apropriar	(3.474)	(3.698)
	<u>5.918</u>	<u>5.669</u>
Arrendamento a pagar	94.675	99.999
(-) Juros a apropriar	(21.215)	(23.271)
Provisão de Desmobilização (a)	10.340	9.641
	<u>83.800</u>	<u>86.369</u>
Saldo contábil líquido	<u>89.718</u>	<u>92.038</u>

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	Consolidado
2027	9.081
2028	9.342
2029	9.625
2029	9.930
2030 em diante	45.412
	<u>83.390</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

## 13. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

### 13.1. DEBENTURES

As Controladas possuem captações por meio da emissão de debêntures, as quais são instrumentos de dívida de médio e longo prazo, destinados ao financiamento de suas atividades operacionais, investimentos e reestruturação de passivos.

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão. Subsequentemente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, com a apropriação dos encargos financeiros ao resultado ao longo do prazo das operações.

Os encargos financeiros incidentes sobre as debêntures podem incluir juros remuneratórios, atualização monetária e, quando aplicável, prêmios ou descontos de emissão, os quais são apropriados pro rata temporis de acordo com as condições contratuais estabelecidas nas respectivas escrituras de emissão.

As debêntures podem conter cláusulas restritivas (covenants), financeiras e não financeiras, que estabelecem obrigações e limites a serem observados pela Controladora. O eventual descumprimento dessas cláusulas pode implicar no vencimento antecipado das obrigações, sendo monitorado periodicamente pela Administração.

Quando aplicável, as debêntures contam com garantias reais e/ou fidejussórias, conforme definido nos contratos, podendo incluir fiança, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de ativos ou outras garantias usuais de mercado.

A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos de vencimento das parcelas contratuais na data das demonstrações financeiras.

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Financiamento BNB (b)	-	-	233.412	257.588
Debêntures (a)	-	-	276.547	321.305
	-	-	509.959	578.893
Circulante	-	-	77.195	74.233
Não Circulante	-	-	432.764	504.660

2024	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	2025
578.893	-	64.230	(133.164)	509.959

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o conseqüente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica.

- A companhia tem a obrigatoriedade de manter o caixa mínimo: maior ou igual a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em aplicações financeiras inferior a 360 dias com liquidez diária verificados no conjunto da Emissora e suas controladas. (nota 4)
- (b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

A Companhia avalia periodicamente a adequação das condições contratadas e a capacidade de liquidação dessas obrigações, considerando seus fluxos de caixa projetados e estrutura de capital.

## 13.2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – 1ª EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS ESCRITURAIAS

Correspondem às obrigações da Companhia a instituições financeiras, conforme a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Abertura do Saldo		
Notas Comerciais (a)	53.773	-
Conta Garantida	4.429	-
	<u>58.202</u>	<u>-</u>

Movimentação				
2024	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	2025
-	50.000	3.773	-	53.773

- (a) Em 02 de julho de 2025, a Companhia realizou a 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, nos termos do respectivo Termo de Emissão.

A operação foi estruturada de acordo com:

- a Lei nº 6.404/1976;
- a Lei nº 14.195/2021 (que disciplina a nota comercial escritural);
- a Comissão de Valores Mobiliários;
- a Resolução CVM nº 160/2022.

O montante total da emissão foi de R\$ 50.000.000,00, com vencimento final em 04 de julho de 2026.

A emissão foi reconhecida inicialmente pelo valor justo líquido dos custos de transação, nos termos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, especialmente: CPC 48 (Instrumentos Financeiros), CPC 39 e CPC 26.

Após o reconhecimento inicial, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação incorridos foram deduzidos do valor captado e apropriados ao resultado ao longo do prazo da operação, pelo método da taxa efetiva.

A Companhia avalia periodicamente a adequação das condições contratadas e a capacidade de liquidação dessas obrigações, considerando seus fluxos de caixa projetados e estrutura de capital.

## 14. OUTROS PASSIVOS

Determinadas operações comerciais e contratuais da Companhia e suas controladas preveem o recebimento de valores a título de garantias contratuais (cauções) e antecipações financeiras de clientes ou fornecedores, vinculadas a fornecimentos futuros de bens ou serviços, os quais são reconhecidos no passivo até o cumprimento das respectivas obrigações.

A classificação entre passivo circulante e não circulante é efetuada com base nos prazos contratuais de vencimento das respectivas obrigações na data das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Abertura do Saldo				
Caução(i)	-	-	5.000	-
Adiantamento de Clientes de energia (ii)	-	-	138.105	-
Adiantamento de Clientes	-	-	18.732	-
Contas a pagar Thadeu L M Penido (iii)	100.058	69.988	69.988	-
Contas a pagar	-	-	20.324	10.353
Saldo contábil	<u>100.058</u>	<u>69.988</u>	<u>252.149</u>	<u>10.353</u>
Circulante	100.058	69.988	141.004	6.570
Não Circulante	-	-	111.145	3.784

- (i) Outras contas a pagar é composto por caução, essa garantia está vinculada ao contrato de venda de energia das controladas SM Geração de Energia e Ventos Parazinhenses, perante ao cliente apresentar a garantia bancária.
- (ii) Em 1º de julho de 2025 a controlada celebrou Contrato de Compra e Venda da Energia Elétrica com o Itaú Unibanco Comercializado de Energia Ltda, objetivando a comercialização de energia elétrica no período de suprimento de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2030. Esta operação de compra e venda de energia elétrica atende à legislação aplicável ao setor elétrico brasileiro, em especial, o contido nas Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.438 de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004 e nos Decretos nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções da ANEEL, nos procedimentos de comercialização e nas regras de comercialização vigentes.

Após atender as condições contratuais, a Companhia recebeu, em 04 de julho de 2025, o pagamento antecipado pelo comprador no valor de R\$ 150.004, correspondente a totalidade de pagamentos.

- (iii) As contas a pagar oriundas de incorporação referem-se às obrigações assumidas pela Companhia em decorrência de processos de reorganização societária, nos quais houve a incorporação de sociedades controladas ou coligadas, com a consequente transferência integral de seus ativos e passivos.

Na data da incorporação, tais passivos foram reconhecidos pelo valor contábil registrado nas demonstrações financeiras da sociedade incorporada, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis a operações sob controle comum.

Essas obrigações são compostas, substancialmente, por compromissos com fornecedores, prestadores de serviços, obrigações contratuais e outras contas a pagar assumidas da entidade incorporada, sendo posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, quando aplicável.

A Administração acompanha a liquidação desses passivos, assegurando que os pagamentos sejam realizados conforme as condições originalmente pactuadas ou renegociadas após a incorporação, quando aplicável.

## 15. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As Provisões de demandas judiciais nas controladoras compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

Natureza	Consolidado	
	2025	2024
Processos Trabalhistas	7.712	-
Processo Ambiental	85	-
Processos Cíveis	32.830	1.654
Processos Tributários	1.084	-
Processos Administrativos	7.757	-
	<u>49.468</u>	<u>1.654</u>

### 15.1. Ações das possíveis

A Companhia possui processos judiciais e administrativos classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, para os quais não foi registrada provisão, conforme determina o CPC 25.

#### 15.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R\$61mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

### 15.1.2. Ações cíveis

A Companhia é parte em ações de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$326.360 em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

### 15.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$193.349mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

### 15.1.4. Ações trabalhista

A Companhia é parte em ações trabalhistas através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$24.432mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

### 15.1.5. Ações Administrativas

A Companhia é parte em ações trabalhistas através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$588.080mil em 31 de dezembro de 2025.

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

## 15.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais relacionados às contingências encontram-se registrados no ativo não circulante.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processos Trabalhistas	159	-	7.761	749
Processos Cíveis	-	-	11.959	-
Processos Tributários	-	-	8.741	-
Outros	-	-	4.596	-
	159	-	33.057	749

## 16. PROVISÃO DE IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconhece passivos por impostos indiretos diferidos quando existe uma obrigação presente decorrente de evento passado, reconhecimento do precatório.

Esses passivos não se enquadram, estritamente, como tributos sobre o lucro, sendo reconhecidos com base no CPC 25, considerando o conceito de obrigação presente.

O diferimento decorre do fato que a incidência tributária ocorre no momento da realização do ativo, enquanto o reconhecimento contábil é antecipado pelo regime de competência.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pis	-	-	2.665	-
Cofins	-	-	12.292	-
IR	50.300	-	50.460	-
CS	18.108	-	18.196	-
	<u>68.408</u>	<u>-</u>	<u>83.613</u>	<u>-</u>

## 17. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, em condições compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, e devidamente aprovadas pelos órgãos de governança.

As principais naturezas de transações e saldos com partes relacionadas incluem:

**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC):** referem-se a aportes realizados pela Companhia em controladas e coligadas, com a finalidade de reforço de capital. Esses valores são registrados no ativo não circulante e serão convertidos em capital social mediante deliberação societária. Os AFACs, em geral, não são remunerados até sua efetiva capitalização, salvo disposição contratual em contrário;

**Mútuos (empréstimos intercompany):** correspondem a operações de empréstimos entre a Companhia e suas partes relacionadas, formalizadas por contratos que estabelecem prazos, encargos financeiros e condições de liquidação. Esses valores são atualizados conforme as taxas pactuadas e classificados no ativo ou passivo, conforme sua natureza;

**Dividendos:** referem-se aos valores a receber ou a pagar decorrentes da distribuição de lucros entre a Companhia e suas investidas. Os dividendos são reconhecidos como direito ou obrigação quando deliberados pelos órgãos competentes das respectivas sociedades;

**Contas a receber de partes relacionadas:** compreendem, substancialmente, valores decorrentes de operações comerciais, prestação de serviços, rateios de despesas e outras transações operacionais entre empresas do Grupo. Esses saldos são registrados pelo valor contratual e ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas esperadas de crédito (PECLD), com base em análise de recuperabilidade.

A Administração monitora continuamente essas operações, assegurando sua adequada mensuração, classificação e divulgação, bem como a aderência às práticas contábeis vigentes e às políticas internas de governança.

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Serveng Energias Renováveis	29.173	38.470	-	-	-	-
Parte Beneficiária	-	-	16.871	-	16.871	-
Outros acionistas	-	-	235.322	6.066	237.075	7.744
	<u>29.173</u>	<u>38.470</u>	<u>252.193</u>	<u>6.066</u>	<u>253.946</u>	<u>7.744</u>

Descrição	Mútuo/ contas a Receber / AFAC (ativo não circulante)			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mineração Aparecida	500	-	-	-
Eolicabras	14.952	-	-	-
Serramar Industrial	80.580	31.146	-	-
Serveng Civilsan	10.700	-	-	-
	<u>106.732</u>	<u>31.146</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Descrição	Mútuo/ contas a Pagar (Passivo circulante)			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serveng Transportes	29.710	-	-	-
Thadeu L M Penido	69.988	69.988	69.988	-
Thadeu L M Penido (mútuo)	3.201	8.450	3.201	-
	<u>103.259</u>	<u>78.438</u>	<u>73.189</u>	<u>-</u>

## Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 18. PATRIMONIO LÍQUIDO

### (a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$1.009.626 mil em 31 de dezembro de 2025, está representado por 1.000.001 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### (b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária vigente, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, conforme previsto em lei, perfazendo o montante de R\$5.322mil em 31 de dezembro de 2024.

	2025	2024
Saldo inicial	5.322	-
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	7.592	5.322
	<u>12.914</u>	<u>5.322</u>

**(c) Partes Beneficiárias**

Companhia registra aportes relacionados a partes beneficiárias, os quais correspondem a instrumentos que conferem aos seus titulares direito de participação nos lucros da Companhia, sem representar participação no capital social.

Os valores recebidos a título de aporte de partes beneficiárias são reconhecidos no patrimônio líquido, em conta específica, de acordo com sua natureza jurídica e substância econômica, não sendo classificados como passivo, uma vez que não há obrigação contratual de entrega de caixa ou outro ativo financeiro, exceto pela distribuição de resultados quando deliberada.

A eventual destinação de lucros para os titulares de partes beneficiárias é tratada como distribuição de resultados, em consonância com as disposições estatutárias e legais aplicáveis, não impactando a constituição da reserva legal, a qual é calculada com base no lucro líquido do exercício antes dessas destinações.

	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Aporte da Parte Beneficiária (nota 8)	754.833	-
	<u>754.833</u>	<u>-</u>

**(d) Dividendos mínimo**

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios são de 6% do lucro líquido, em dezembro de 2025 através de AGE a Companhia resolveu reduzir o percentual de dividendos mínimos para 0,5%, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	151.842	106.436
Constituição da reserva legal (0,5%) / (5%)	(7.592)	(5.322)
Base de Cálculo dos dividendos	144.250	101.114
Dividendos mínimos obrigatórios (0,5%) / (6%)	(721)	(6.066)
	<u>143.528</u>	<u>95.048</u>

**(e) Reserva Lucros**

O saldo do lucro acumulados foram destinados a provisão de pagamento de dividendos, conforme AGE aprovada em 30 de dezembro de 2025.

**19. RECEITA LIQUIDA**

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas		
Venda de energia	813.609	688.038
Venda de serviços e locação	461.149	30.240
Venda de produtos minerais	178.360	5.987
Venda agropecuária	13.858	5.366
Impostos sobre faturamento	(98.466)	(48.731)
Vendas Canceladas	(327)	-
Receita líquida	<u>1.368.183</u>	<u>680.900</u>

A receita líquida da Companhia é composta pelas suas controladas receitas oriundas de prestação de serviços e locações, comercialização de energia elétrica, venda de gado, venda de materiais minerais (pedras) e transporte de passageiros, sendo reconhecida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita bruta é apresentada deduzida de impostos incidentes sobre vendas e serviços, devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos, quando aplicáveis.

O reconhecimento da receita ocorre quando o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, conforme a natureza de cada operação.

## 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização	(30)	-	(102.638)	(68.407)
Custo do produto vendido	-	-	(382.454)	(216.614)
Custo com mão de obra	(106)	-	(75.002)	-
Serviços de terceiros	-	-	(92.972)	(34.414)
Aluguel / Arrendamento de terra	-	-	(49.893)	(504)
Despesas com pessoal	(3.510)	-	(62.046)	(35.345)
Despesas com serviços	(1.669)	-	(51.429)	(6.277)
Despesas tributárias	-	(4)	(10.641)	(5.304)
Centro de serviços compartilhados	1.840	-	(3.373)	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-	186	-
Ativo e passivos onerosos	-	-	35	(14.854)
Valorização do Rebanho	-	-	7.903	-
Perda estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(46.842)	-
Provisão de Contingência	-	-	(19.214)	-
Outros	-	-	(69.912)	35.531
	<u>(3.475)</u>	<u>(4)</u>	<u>(958.292)</u>	<u>(346.188)</u>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas	(5.922)	-	(168.276)	(309.796)
Custo do produto vendido	(106)	-	(711.642)	(70.458)
Outras receitas/(despesas) líquidas	2.553	(4)	(78.374)	34.066
	<u>(3.475)</u>	<u>(4)</u>	<u>(958.292)</u>	<u>(346.188)</u>

Os custos e despesas da Companhia e suas controladas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, no período em que os respectivos bens ou serviços são consumidos ou incorridos, independentemente do seu pagamento.

Os custos correspondem, substancialmente, aos gastos diretamente relacionados à geração de receitas, incluindo, entre outros, custos com materiais aplicados em obras, insumos operacionais, aquisição e manejo de rebanho destinado à comercialização, extração e beneficiamento de recursos minerais, custos de geração e comercialização de energia elétrica, bem como custos relacionados à prestação de serviços e transporte de passageiros.

As despesas operacionais compreendem os gastos necessários à manutenção das atividades administrativas, comerciais e gerais da Companhia, incluindo despesas com pessoal, serviços de terceiros, despesas comerciais, administrativas e gerais, depreciação e amortização de ativos, além de outras despesas não diretamente vinculadas à produção ou prestação de serviços.

## 21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.968	35	40.580	22.628
Juros sobre Precatórios	-	-	32.591	-
Juros recebidos ou incorridos	-	-	1.146	238
Atualização Valor Justo	12.312	-	12.312	-
Descontos obtidos	-	-	691	58
Outros	5	-	885	27
	<u>16.285</u>	<u>35</u>	<u>88.205</u>	<u>22.951</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(68.027)	(63.018)
Juros sobre arrendamento	-	-	(4.334)	(6.224)
Despesas bancárias	(18)	(4)	(848)	(479)
Juros incorridos	(11)	(53)	(6.205)	(1.339)
Outros	(277)	(103)	(2.074)	(593)
	<u>(306)</u>	<u>(160)</u>	<u>(81.488)</u>	<u>(71.653)</u>
Total	<u>15.979</u>	<u>(125)</u>	<u>6.717</u>	<u>(48.702)</u>

O resultado financeiro da Companhia e suas controladas é composto pelas receitas e despesas financeiras incorridas no período, reconhecidas pelo regime de competência, utilizando, quando aplicável, o método da taxa efetiva de juros.

### Receitas financeiras

As receitas financeiras compreendem, principalmente, rendimentos de aplicações financeiras, juros ativos, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas, atualização de créditos a receber, bem como ganhos decorrentes da mensuração a valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável. Os rendimentos de aplicações financeiras são reconhecidos pro rata temporis, com base na taxa efetiva de remuneração.

### Despesas financeiras

As despesas financeiras incluem encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, juros passivos, descontos concedidos, variações monetárias e cambiais passivas, atualização de obrigações, além de perdas na mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. Os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações, conforme as condições contratuais estabelecidas.

Quando aplicável, os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos, até que estejam prontos para o uso pretendido, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

### Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro – Resultado do Exercício

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados em conformidade com a legislação tributária vigente, considerando o regime de tributação adotado pelas empresas do Grupo.

O IRPJ é calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal, enquanto a CSLL é calculada, em geral, à alíquota de 9%, podendo variar conforme a atividade da entidade.

A despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado do exercício é composta por:



A Companhia revisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, reconhecendo-os somente na medida em que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização.

A reconciliação entre a despesa tributária calculada pela aplicação das alíquotas nominais e a despesa efetiva reconhecida no resultado decorre, principalmente, de adições e exclusões permanentes, incentivos fiscais, equivalência patrimonial e outros ajustes previstos na legislação tributária.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### 23.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

### 23.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	41.284	131	-
Financiamentos e debentures	141.649	154.390	278.374

### 23.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

### 23.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição máxima é de R\$855.698 no consolidado e R\$63.016 na controladora (R\$199.016 no consolidado e R\$24.359 na controladora em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

### 23.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

### 23.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	17.305	3.903	17.305	3.903
Aplicações financeiras	189.385	125.689	189.385	125.689
Contas a receber	649.007	69.424	649.007	69.424
Outras contas a receber	29.865	19.832	29.865	19.832
<b>Total</b>	<b>885.562</b>	<b>218.848</b>	<b>885.562</b>	<b>218.848</b>

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros				
Fornecedores	41.415	24.131	41.415	24.131
Financiamentos e Debêntures	574.413	587.443	574.413	587.443
Outras contas a pagar	252.149	10.354	252.149	10.354
<b>Total</b>	<b>867.976</b>	<b>621.928</b>	<b>867.976</b>	<b>621.928</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

#### Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2025		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	17.305	-	-
Aplicações financeiras	-	189.385	-
Contas a receber	649.007	-	-
Outras contas a receber	29.865	-	-
<b>Total</b>	<b>696.177</b>	<b>189.385</b>	<b>-</b>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	41.415
Financiamentos e Debêntures	-	-	574.413
Outras contas a pagar	-	-	252.149
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>867.976</b>

Consolidado	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.903	-	-
Aplicações financeiras	-	125.689	-
Contas a receber	69.424	-	-
Outras contas a receber	19.832	-	-
<b>Total</b>	<b>93.159</b>	<b>125.689</b>	<b>-</b>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	24.131
Financiamentos e Debêntures	-	-	587.443
Outras contas a pagar	-	-	10.354
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>621.928</b>

### 23.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

### 23.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14,90% (12,15% em 2024) para o CDI e 7,98% (7,43% em 2024) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	88.205	14,90%	13.143	16.428	19.714	9.857	6.571
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(81.489)	7,98%	(6.503)	(8.129)	(9.754)	(4.877)	(3.251)
<b>Resultado financeiro</b>			<b>6.640</b>	<b>8.300</b>	<b>9.960</b>	<b>4.980</b>	<b>3.320</b>

## 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Thadeu Luciano Marcondes Penido  
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci  
CRC 1 SP 252875/O-1  
Contador